

TERRA – ÁGUA – TRABALHO: O AGROHIDRONEGÓCIO E A TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO¹ⁱ

TIERRA - AGUA - TRABAJO: EL AGROHIDRONEGÓCIO Y LA TRANSPOSICIÓN DEL RÍO SÃO FRANCISCO

Tássio Barreto Cunha
tassiocunha@hotmail.com

Marcelo Dornelis Carvalho
dorneliscarvalho@gmail.com

Resumo: Estamos partindo da premissa que a mercantilização da terra, da água e do trabalho em conjunto, são pilares responsáveis pela expansão do capital no campo atualmente. A monopolização da propriedade privada da terra se apresenta como essencial estrutura para garantir a posse da água, seja ela subterrânea ou superficial, e para submissão do trabalhador. Com esse arcabouço, o capital no campo, atrelado diretamente ao Estado, se consolida e expande em diferentes composições humanas e materiais. Sendo este, um cabível caminho para entender o Mundo do Trabalho nos territórios do *agrohidronegócio*. Uma relação integrada em que um depende diretamente do outro. A água vinculada à terra para garantir a vitalidade da produção (sobretudo para irrigação e produção de energia elétrica) e os trabalhadores com a função de utilizar, por meio da sua força psíquica e física, os meios de produção e a propriedade privada da terra como base fundamental para estruturar esse arcabouço. A transposição do rio São Francisco é vista como um laboratório basilar para análise desse pensamento.

Palavras-chave: *Agrohidronegócio, Terra, Água, Trabalho e Transposição do rio São Francisco*

Resumen: Partimos de la suposición de que la mercantilización de la tierra, la agua y el trabajo en conjunto son pilares responsables por la expansión del capital en el campo en la actualidad. La monopolización de la propiedad privada de la tierra fue la estructura esencial para asegurar la apropiación de la agua, sea superficial o subterránea, y la subyunción del trabajador. En este marco, el capital en el campo, atado directamente al Estado, consolida y expande en suyas relaciones en diferentes composiciones humanas y materiales. Esta es una forma apropiada de comprender el Mundo del Trabajo en los territorios de *agrohidronegócio*. Una relación integrada en hay reciprocidad de dependencia. La agua unida al suelo, para asegurar la vitalidad de la producción (principalmente para riego y producción de energía), y los trabajadores con la función de usar, a través de su fuerza mental y física, medios de producción y la propiedad privada de la tierra como base fundamental para la estructuración de este marco. La transposición del río São Francisco es visto como un laboratorio de análisis de la *agrohidronegócio*.

Palabras-clave: *Agrohidronegócio, Tierra, Agua, Trabajo y la transposición del río São Francisco*

¹ Artigo apresentado à disciplina Teoria dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. Como requisito parcial para obtenção dos créditos.

INTRODUÇÃO

Quem me dera ao menos uma vez
Provar que quem tem mais do que precisa ter
Quase sempre se convence que não tem o bastante
Fala demais por não ter nada a dizer
(Índios – *Legião Urbana* – Renato Russo)

É basilar compreendermos a dinâmica social em uma constância variável e infinita, seguida por diferentes ritmos em determinados lugares. Se a sociedade nunca se apresentou inerte, a ciência como um dos seus compartimentos também não poderá. Seguindo esse ditame, a geografia passa por transformações em sua ótica, sobretudo após o incremento da corrente crítica em suas bases científicas.

Entendemos a significância desse elo, no entanto, concordamos com Turra Neto (2012) quando aponta que a corrente crítica deu menor importância ao debate metodológico, priorizando a questão do objeto e do método de estudo. É lúcido reconhecer a validade desse apontamento, o que nos remete sugerir como contribuição, o desafio de buscar a integração de áreas do conhecimento da geografia, com o intuito de melhor interpretar a realidade posta. Em nosso caso, a questão agrária (mais especificamente no Brasil) imbricada aos recursos hídricos e ao trabalho, entendendo o trabalho de campo como metodologia crucial para dar visibilidade à diversidade dos processos.

Como uma das bases para tal reflexão, adotaremos o conceito do *agrohidronegócio*² (THOMAZ JR., 2008), interpretado como “espelho” da realidade, surgido por meio dos acontecimentos expostos no campo nas últimas décadas. Aqui entendido através da monopolização da terra junto aos recursos hídricos, com viés mercadológico, em um ritmo de destruição sem precedentes, sobretudo em relação à degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho. Proporcionando conjecturas diversas para serem interpretadas empiricamente e pondo-se contrariamente ao raciocínio transmitido pela classe dominante relacionada ao capital agrícola que, glorificando o atual modelo agrário, busca justificar o seu domínio estabelecido até então, com palavras mais diretas: tenta mascarar a realidade.

Vista a teoria como modelo explicativo que busca realizar uma leitura do real, entende-se o método marxiano como fundamental nesse ponto que estamos, sobretudo

² Os conceitos se ligam a avaliações que, por sua vez, nos remetem a circunstâncias específicas, de modo que mesmo as teorias mais abstratas podem precisar de observações capazes de relacioná-las a um quadro de referências historicamente concreta (KONDER, 2002).

por expressar o desenvolvimento desigual e combinado do espaço geográfico, o qual nos permite considerar o movimento da história de qualquer processo social a partir do seu concreto vivido (no nosso caso, a água, a terra e o trabalho) e as contradições que deram lugar e sustentam esse concreto: a luta de classes no campo e a submissão deste à cidade. No entanto, é preciso expor que não entendemos a teoria marxiana como sagrada, visto que todas as proposições sociais podem ser repensadas e reformuladas, indo de encontro à própria lógica dialética. Segue-se uma leitura de Moreira (2004), quando afirma que o marxismo muda e se atualiza, reestruturando-se no modo como o lê, na linguagem analítica que usa e no formato das lutas com que o enfrenta a cada mudança do capitalismo na história.

Para apresentar um encaminhamento a essa proposta é preciso “dar visibilidade àquilo que não se enxerga”, buscando entender os caminhos e as relações traçadas pelo capital em comunhão com o Estado burguês. Nos espelhamos em Lukács (1968), quando expõe que a consciência reflete a realidade, criando a possibilidade de intervir e modificá-la, onde a consciência tem um real poder no plano de ser.

A partir desse pressuposto, o esquadramento parte de dois pontos históricos cruciais: (1) após segunda guerra, com os ditames da revolução verde no campo, baseada em mudanças abruptas nas técnicas agrícolas e (2) da década de 1970, com a reestruturação produtiva do capital, depois de uma forte crise e a implementação de um modelo irracional que frisa a barbárie social do trabalhador, baseado em ditames dos Estados Centrais, do capital e de organizações supranacionais, responsáveis por disseminar ajustes estruturais de programas agrícolas no mundo (Banco Mundial – BM, Fundo Monetário Internacional – FMI, Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura – FAO, Organização Mundial do Comércio – OMC, etc.).

Com o surgimento da crise estrutural do capital na década de 1970, a ideologia monetária neoliberal assumiu o posto de orientadora, através da implementação de um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de produção do capital. Ditando o sistema metabólico de controle social, construindo uma lógica essencialmente destrutiva, em que o valor de uso do trabalho e dos recursos naturais é totalmente subordinado ao seu valor de troca. Atualmente, esse modelo apresenta sérios desgastes, fazendo a sociedade contemporânea presenciar um cenário crítico, chegando a atingir também os países capitalistas centrais. Uma **determinação disruptiva unilateral**, que traz em si graves limitações ao desenvolvimento produtivo e uma ampliada crise de

acumulação, sequelas que atingem a qualidade de vida, sobretudo da classe trabalhadora, seja no campo, na cidade ou na floresta (ALVES, 2011; MÉSZÁROS, 2003).

Essa proposta de pesquisa está centrada em aprimorar a visibilidade da dinâmica territorial do trabalho na perspectiva campo-cidade diante de suas variadas facetas, em que as formas de uso da terra, da água, das relações de trabalho e a saúde ambiental, ocupam lugar central na análise das ações/consequências do modelo de expansão/consolidação do capital no campo, perante a atual crise estrutural do capital, e a renovada e avassaladora barbárie sobre a classe trabalhadora, que possui como intuito, mitigar a crise e adquirir um maior contingente de lucros (THOMAZ JR. *et al*, 2012). Encerremos a primeira parte desse texto, apontando a frase exposta em epígrafe, como um chamamento de atenção para reflexão da voracidade e irracionalidade da essência do capital.

O TERRITÓRIO COMO CATEGORIA GEOGRÁFICA PARA ANÁLISE DA PESQUISA

As discussões mais incisivas em torno do conceito de território nas ciências sociais advêm de algumas décadas, instigadas primeiramente pela ala mais conservadora desse grupo de intelectuais com a pujança de políticas neoliberais a partir da década de 1970. O território nesse sentido transmite a ideia de dominação, expondo a lógica de controle soberano buscado pelos agentes hegemônicos do capital, se tratando principalmente das grandes corporações transnacionais e os países centrais do globo. Contrário a essa posição, diferentes grupos considerados de esquerda nas ciências, se posicionaram opostos a essa concepção territorial neoliberal, entendida de maneira usurpadora. Dessa forma, nos remete a afirmar que, mesmo nas discussões teóricas conceituais existe um campo de poder determinado por relações sociais, pautadas na luta de classes, que irão direcionar suas ações no corpo de determinados territórios.

Entendemos que o território é efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. São as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza (OLIVEIRA, 2004). O território passa a ser lido através das relações de poder com o envolvimento de sujeitos que buscam o seu domínio/controlado, imbricados diretamente em diferentes relações sociais.

Visto que a busca pela conquista do usufruto do território também está diretamente ligada à procura de recursos naturais, ligados aos interesses da sociedade, construídos/modificados pela força de trabalho humana, pautado na lógica da transformação de tudo em mercadoria. Por isso um conceito enquadrado como fundante para a leitura geográfica.

Diante dessa premissa, cremos que o caminho para nossa pesquisa partirá das ações concretas e dos conteúdos tático-estratégicos específicos dos agentes e sujeitos envolvidos no arcabouço do *agrobidronegocio*. Entendendo a dinâmica territorial da relação do capital com a apropriação da terra – água – trabalho e as demais formas de expressão da luta de classes no campo, nas cidades e florestas (THOMAZ JR., 2004). Os territórios “das águas, das terras e do trabalho” são considerados como fração do espaço, constituídos por relações sociais nos territórios imateriais e materiais. Seguindo uma lógica multidimensional, em que essa delimitação é resultado de uma complexa urdidura de ações seguindo uma determinada **intencionalidade**³.

Essa interpretação territorial partirá por meio das conflitualidades presentes, vistas como um processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento territorial, que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios. Neste caso, pautado em grandes propriedades, com foco na produção para exportação, seguido paralelamente ao desrespeito/perseguição/barbárie de qualquer população tradicional que se oponha as suas metas (FERNANDES, 2008).

É no cerne da disputa territorial (conflito) que buscaremos entender as ações dos sujeitos e agentes envolvidos nessa diversidade de fenômenos impulsionados pelo capital na disputa por recursos que viabiliza a cada momento a submissão dos valores de uso aos valores de troca e a transfiguração de tudo que é possível em mercadoria, mais atualmente, a água vinculada ao usufruto da terra e a subjugação do trabalhador, para produção agrícola em larga escala. Intrínsecos a um campo de poder determinado por agentes hegemônicos, como os grandes conglomerados transnacionais agrícolas e o Estado em seus diversos níveis.

A estrutura de pensamento para entender os conflitos e a dinâmica territorial partirá do movimento dialético contínuo da territorialização – desterritorialização e reterritorialização – TDR, considerando que os movimentos das propriedades dos espaços e territórios são: expansão, fluxo, refluxo, multidimensionamento, criação e destruição. A

³ Um modo de compreensão que um grupo, uma nação, uma classe social ou até mesmo uma pessoa utiliza para poder se realizar, ou seja, se materializar no espaço (FERNANDES, 2005).

expansão e ou a criação de territórios são ações concretas representadas pela territorialização. O refluxo e a destruição são ações concretas representadas pela desterritorialização, e o retorno, paralelo à conquista do território, pela reterritorialização. Esse movimento explicita a conflitualidade e as contradições das relações socioespaciais e socioterritoriais. Por causa dessas características, acontece ao mesmo tempo a expansão e a destruição; a criação e o refluxo, o retorno e a conquista (FERNANDES, 2005; THOMAZ JR., 2004).

Em tempos que o Paradigma do Capitalismo Agrário⁴ – PCA se apresenta como hegemônico frente ao Paradigma da Questão Agrária – PQA, Fernandes (2013) apresenta um “estilo de pensamento” para debatermos a questão agrária no início do século XXI baseado na concepção paradigmática de Kuhn (1994), apresentando a ideia da disputa paradigmática, em que um paradigma busca destruir o outro. A disputa territorial se apresenta como basilar para dinamizarmos a problemática, com uma gama de atores envolvidos, correlacionados em um dos paradigmas da questão agrária ou imbricados nos dois. O entendimento desses atores vai de encontro à temática discutida aqui, correlacionados às ações do *agrobidronegocio* no rural e suas reflexões no campo, na cidade e na floresta.

Seguindo esse raciocínio, entendemos como principais atores da atual era da modernização agrícola, seus aliados, e sujeitos⁵ vinculados a esse “estilo de pensamento” - PCA X PQA: Proprietários de terra; Capital financeiro; Indústria química; Indústria da biotecnologia; Indústria metal-mecânica; Mídia; Legislativo; Judiciário; Executivo; Partidos Políticos; Formuladores das políticas de desenvolvimento; Centros de pesquisa; Sindicatos; Igrejas; Associações; Cooperativas; Movimentos Sociais; ONG’s e as Fundações (RIGOTTO, 2013). Cabendo a nós, interpretá-los diante das suas ações e classificá-los em qual paradigma se encaixa.

Outro enfoque a ser discutido através dos atores citados acima, diz respeito aos movimentos socioterritoriais (sobretudo aos que agem no campo), defensores do território não só como trunfo, mas como espaço essencial para sua existência. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005).

⁴ É válido ressaltar que reconhecemos uma multiplicidade de correntes paradigmáticas atualmente, no entanto, para realização dessa atividade, o PCA e o PQA se apresentam como paradigmas chaves para tal questão.

⁵ Estamos entendendo como sujeitos sociais os indivíduos cuja ação segue no sentido da realização do próprio projeto, e agentes sociais, como aqueles que executam, conscientemente ou não, o projeto de outrem. A segmentação não é estanque e inalterável, podendo o agente tornar-se sujeito e vice-versa, de acordo com as condições conjunturais e contextuais (PERPETUA, 2013).

Reconhecemos que os movimentos socioterritoriais do capital se apresentam como hegemônicos, contudo, paradoxalmente, recriam movimentos socioterritoriais camponeses submissos aos seus ditames, apresentando a lógica contraditória e desigual do modo de produção vigente⁶. O que Fernandes (2008) chamou de **contra-território**, o território dos trabalhadores (seja do campo, da cidade ou da floresta), enquadrado dentro do território ditado pelo capital. Lido como resultado de conflitualidades e do território na geografia ser considerado como uma categoria multifuncional construído/disputado por meio de relações de poder.

Dessa forma, os contra-territórios multifuncionais são vistos como **multiterritoriais**, que são manifestações dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas em busca do usufruto do território (HAESBAERT, 2004; FERNANDES, 2005).

TERRA – ÁGUA – TRABALHO E O AGROHIDRONEGÓCIO

Uma das regras fundamentais do modo capitalista de produção é que o capital deve gerar mais capital por meio da exploração do trabalho não pago, o que acontece com a extração da mais-valia e a produção e circulação de mercadorias. Como apontou Marx, partindo do princípio de que capital é “valor em movimento”, e acumulação de capital é o processo pelo qual ocorre multiplicação de valor (IORIS, 2007). Nesse movimento constante, a tendência do capital é dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção, o que historicamente vem fazendo⁷. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o atrapalhe de ir adiante. **A terra é esse obstáculo**. A subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre justamente para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. (MARTINS, 1981).

Estamos partindo da premissa que a mercantilização da terra, da água e do trabalho em conjunto, são pilares responsáveis pela expansão do capital no campo atualmente. A monopolização da propriedade privada da terra se apresenta como essencial estrutura para

⁶ Famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência e ao mesmo tempo se sujeitam a renda da terra e as regras de mercado ditados pelo capital (FERNANDES, 2008).

⁷ O capital, como tal, nada mais é do que uma dinâmica, um modo e meio totalizante de mediação produtiva. É um sistema de mediações claramente identificável, o qual em suas formas convenientemente desenvolvidas, subordina estritamente todas as funções reprodutivas sociais (ANTUNES, 1999).

garantir a posse da água, seja ela subterrânea ou superficial, e para submissão do trabalhador. Com esse arcabouço, o capital no campo, atrelado diretamente ao Estado, se consolida e expande em diferentes composições humanas e materiais. Sendo este, um cabível caminho para entender o mundo do trabalho nos territórios do *agrobidronegocio*. Uma relação integrada em que um depende diretamente do outro. A água vinculada à terra para garantir a vitalidade da produção (sobretudo para irrigação e produção de energia elétrica) e os trabalhadores com a função de utilizar, por meio da sua força psíquica e física, os meios de produção e a propriedade privada da terra como base fundamental para estruturar esse arcabouço.

A propriedade privada da terra se apresenta como substancial instrumento para expansão do capital junto à apropriação de recursos naturais (neste caso mais específico a água e o solo) e a submissão do trabalhador nos territórios do seu controle. Formando uma tríade indissociável para maior consolidação/expansão capitalista de produção, com efeitos tanto no campo como na cidade. Pois, sem a garantia da posse, da água e da terra, em conjunto com a legitimação do trabalho não pago, é impossível a continuidade desse modelo societal.

Para a produção agrícola no âmbito do *agrobidronegocio*, todos (independentemente do patamar econômico) estão em busca de acesso à água e a terra. Mesmo em climas com pluviometria regulares (sem necessidade de irrigação), a busca por terra está ligada à água indiretamente, pois a produção, uma das essências da conquista da terra, só é possível com a utilização de recursos hídricos regulares, que sejam eles superficiais, subterrâneos ou pluviométricos. Em regiões de clima com pluviometria irregular, os territórios do *agrobidronegocio* se constroem principalmente em locais aperfeiçoados para práticas de irrigação por meio de grandes obras hídricas, como represas, canais fluviais artificiais e, em raras exceções⁸, a perfuração de poços tubulares.

A expansão das regiões de desenvolvimento econômico no Brasil, desde a época do período colonial, iniciou-se em áreas com chuvas regulares e com abundância de recursos hídricos, como a zona da mata nordestina. Depois expandindo para o ciclo do Ouro, Café etc. Só com os perímetros de irrigação e outras obras hídricas, a linha desenvolvimentista se voltou para regiões com balanço hídrico negativo ou mesmo irregular, como é o caso do semiárido nordestino brasileiro. Não estamos apontando que a água é o recurso determinante para a expansão do *agrobidronegocio*, contudo defendemos a ideia que ela se

⁸ O clima condiciona a geologia, que irá interferir diretamente na formação dos aquíferos. Normalmente, em locais de climas áridos ou semiáridos, onde prevalece uma pluviometria irregular, os aquíferos presentes apresentam reservas limitadas de água subterrânea, não apresentando uma estrutura litológica cabível para ações do *agrobidronegocio*.

apresenta como elemento crucial junto à terra para exercer as funções de produção no campo. Por isso, não podem ser analisadas separadas quando se trata da expansão do capital agrícola e da agricultura camponesa⁹. Portanto, acreditamos que um território para se desenvolver nesse modelo social prevalecente, necessita obter a garantia da propriedade, acompanhada de uma vinculação direta ao usufruto da terra em comunhão com a água e o controle social do trabalho.

A questão agrária

A natureza é a essência da conversão dos valores de uso em valores de troca na economia de mercado (MOREIRA, 2004). Nesse sentido, a partir da era neoliberal, há uma nova etapa histórica de desenvolvimento com uma dinâmica de acumulação flexível e um regime de acumulação predominantemente financeirizado. Com vínculos de diferentes tipos de capitais (bancário, agrícola, industrial, etc.), junto à fusão de grandes conglomerados transnacionais, reconfigurando a dinâmica territorial do globo, expandindo o sociometabolismo da barbárie social, numa dimensão ampliada e intensa (ANTUNES, 1999).

A intensificação da degradação ambiental e a precarização das relações de trabalho seguem paralelamente ao fortalecimento das políticas neoliberais – quanto mais aumentam a competição, mais nefastas são suas consequências. A partir da relação homem – tecnologia – natureza, seguida pela lógica do grande capital e do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES, 1999). Acompanhando essa premissa, o campo é subordinado à cidade e impulsionado a produzir mais e de modo veloz, com o intuito de atender, sobretudo, à demanda do urbano, submisso aos ditames capitalistas¹⁰ (principalmente no mundo subdesenvolvido). Prática que Harvey (2004) chamou de acumulação por espoliação. Ações que expulsam e/ou expropriam populações tradicionais, provocando migrações campo-cidade intensas, ocasionando problemas socioambientais de diversas naturezas e variadas magnitudes ao planeta e à população em geral. Temas imbricados diretamente à dinâmica territorial da classe trabalhadora que vivenciam as ações do *agrobidronegocio*.

⁹ A maioria das ocupações aconteceu em regiões com pluviometria regular, próximos a corpos d'água, áreas de grandes aquíferos e em locais que apresentam estruturas hídricas cabíveis de atender a demanda dos acampados.

¹⁰ A medida que cresce a necessidade de “frutos” da terra para alimentar o povo, à medida que a terra trabalha e se torna insuficiente para atender as necessidades impostas, o valor da terra cresce (MARTINS, 1981).

Nossas atenções nesse momento se voltam principalmente para o campo (mais precisamente o brasileiro), por ser a parcela do espaço geográfico que estudamos, receptor das principais ações relativas ao tema discutido.

Outra estrutura basilar do capital que faz perpetuar as práticas do *agrobidronegocio* é a sujeição do trabalhador à renda da terra. A terra é tida como um instrumento do capital para explorar a força de trabalho, que possui a água transformada em mercadoria como sua principal aliada para comungar os ditames capitalistas no campo. A propriedade da terra é propriedade da água e de outros recursos naturais ao mesmo tempo.

A apropriação de grandes parcelas de terras no campo brasileiro se deu principalmente por meio de grilagens ou compras com baixo valor de mercado, práticas muitas vezes atreladas ao Estado. Contudo, nas últimas décadas com a expansão do *agrobidronegocio* em áreas de fronteira agrícola, há uma nova corrida de investidores de capitais internos e externos, impulsionando o valor da terra, por meio de compras para especulação e produção, e arrendatários (exercem essa prática, sobretudo, em terras com pendências judiciais). O que provocou um polêmico debate em torno da estrangeirização de terras no Brasil¹¹.

Diante dessa questão, apontamos a importância de frisar que a discussão da prevalência de capital nacional ou internacional no campo brasileiro hoje, se apresenta bastante complexa, diante da teia de (re)arranjos econômico-financeiros que esses grupos formularam nas últimas décadas¹². Em nosso caso, preferiremos entendê-los pelo *pacto de classes* do que pela separação do que é nacional ou internacional. Pois, nessa reconfiguração cada vez mais fluída do capital, seus caminhos são trilhados de acordo com os interesses particulares, pouco importando qual território irá atuar, se é nacional ou não. Dessa forma, entendemos que assim, serão melhor interpretados.

O debate sobre o novo código florestal ilustra muito bem esse quadro de jogo de forças no campo, favorável ao capital. No atual estágio do desenvolvimento, não são apenas os recursos florestais e edáficos que estão em risco. Ele atinge também os recursos hídricos, transformados em mercadoria, ameaçados pela eliminação das nascentes e pela contaminação dos lençóis freáticos, pela gradual transformação dos cursos fluviais em esgotos a céu aberto, pela utilização indiscriminada da água para irrigação e mais

¹¹ Pela sua amplitude, preferimos debatê-lo em outra ocasião, no entanto, é importante frisar, que a discussão não deve girar em torno somente da compra de terras por estrangeiros, mas sim pelo vínculo que o capital agrícola internacional está exercendo no território brasileiro em suas variadas facetas.

¹² Necessidade de entender as variadas posições em relação aos modelos de desenvolvimento territorial no campo, no que equivale a diferentes poderes e instituições, em escala local-global. Desde instituições supranacionais a associações a nível local. Sobretudo para obter uma maior e melhor leitura dos vínculos criados pelo capital no campo brasileiro.

recentemente a apropriação desse recurso para produção de energia elétrica por grandes grupos do *agrobidronegocio*. Em outras palavras, ele atinge a biodiversidade presente em todos os biomas nacionais (MOREIRA, 2011).

O arcabouço agrário presente hoje no Brasil é fruto da estruturação histórica construída no campo brasileiro, consolidada há cerca de cinco séculos. Não há um novo “esqueleto” no rural do Brasil, e sim reconfigurações. No entanto, seguindo essa lógica contraditória, o campesinato resiste e se (re)modela (como o latifúndio) a cada ação política contrária ou concordante a sua posição ideológica (FERNANDES, 2008; THOMAZ JR., 2004).

Com um olhar voltado para os camponeses, diversas vezes vítimas de ações do *agrobidronegocio*, entendemos o campesinato como uma recriação contrária ao capital, por não compartilhar com a lógica da extração do trabalho não pago e ser baseado no autoconsumo e no valor-de-uso (OLIVEIRA, 1991; FERNANDES, 2005; THOMAZ JR., 2004), este, está fadado ao fim pelos olhos do capital, justamente por não atender a suas prerrogativas¹³.

No campo brasileiro, esse metabolismo societal do capital se configura no avanço das fronteiras agrícolas nas cinco grandes regiões do país, vinculado à degradação ambiental e precarização das condições de trabalho num ritmo de destruição sem limites. Alicerçado no modelo agrícola industrial-comercial-financeiro, modelado pelas grandes agências de crédito transnacionais, vinculadas diretamente aos conchaves do capital agrícola e dos Estados impulsionadores da dita “Revolução Verde”. Além de expropriar e espoliar camponeses em todo o globo, os condicionam em outros territórios a condições de vida desvinculadas de suas crenças, pertences e costumes.

Com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva na presidência da república, o Brasil (mais precisamente - os estudiosos esquerdistas e os movimentos socioterritoriais do campo) imaginava outro modelo de desenvolvimento agrário para os dias de hoje. Seguindo o sentido contrário, o Estado Brasileiro fortaleceu a estrutura agrária presente em todos os sentidos (juridicamente, economicamente, culturalmente, politicamente, etc.). No entanto, apresentou maiores investimentos para os mais marginalizados do campo, da cidade e da floresta, por meio de diversos programas de distribuição de renda (tendo o

¹³ A tentativa de interligar essa classe a estrutura hierárquica do capital agrícola com a prática de insumos e venenos, crédito bancário, monoculturas, seguindo o significado do agricultor familiar, o faz se desfragmentar enquanto classe trabalhadora, fortalecendo a estratégia do capital em visualizar/transformar as áreas e os homens e mulheres camponeses em reserva de valor.

Bolsa Família como o seu “carro chefe”¹⁴), o que o Estado chamou de *Rede de Políticas Sociais*. Uma postura contraditória, vista na história brasileira até hoje, marcada por antíteses, eufemismos e muita ambiguidade.

Um antigo marginalizado das secas nordestinas, defensor dos mais paupérrimos (até então), chega à presidência da república e paradoxalmente mantém inalterada a estrutura do Estado Burguês brasileiro, redistribui e ao mesmo tempo concentra renda, consolidando a estrutura da elite, transferindo pessoas das classes baixas para as médias e diminuindo a miséria do país. Essa diferente posição política em que parte “dos de baixo” dirige o Estado por intermédio do programa “dos de cima”, Oliveira (2010) chamou de hegemonia às avessas. Em um consentimento no mínimo contraditório, o governo do PT optou por esse caminho político, entendido pelo partido como o possível, diante da estrutura de Estado¹⁵ encontrada.

Com essa postura dicotômica, o governo do PT, desmobilizou parte dos movimentos sociais (diminuindo as ocupações de terra), com o enquadramento de lideranças e intelectuais de esquerda no governo, financiando pauperrimamente segmentos historicamente vinculados ao seu discurso político. Com a diminuição das ocupações de terras, da distribuição e uma maior dissidência dos movimentos sociais, o governo foi acusado de configurar mais uma manobra capitalista com foco no controle social¹⁶. A injeção de capital para inclusão social na “era PT”, se deu sumariamente no urbano, posição que fez continuar a migração campo-cidade, dificultando a mobilização de militantes do campo e das periferias urbanas, que viam nos movimentos uma luz para buscar seu bem-estar social. Agora, passando a enxergar a cidade como outro ambiente que lhe poderá proporcionar condições de sobrevivência, com a ascensão de oportunidade de emprego e renda¹⁷.

¹⁴ É importante referendar que os pobres do campo, da cidade e da floresta, precisam muito mais do que o Bolsa Família. Um reconhecido programa de combate à miséria extrema, contudo, diante do amplo déficit em políticas sociais com seu povo, o Brasil necessita vincular o programa a outras políticas públicas que busquem a inclusão social do marginalizado. Que está muito distante do que só combater a fome.

¹⁵ Na última década a composição política do congresso nacional pouco se alterou no que equivale às ditas “bancadas representativas”. O título de maior bancada sempre permanece com a **ruralista** (os pecuaristas ainda se mantém em maior número), liderada em suma maioria pelo PMDB, responsável por ocupar cerca de 1/3 da câmara dos deputados e do senado (ALVES, 2011).

¹⁶ Mészáros (2003) intitula essas manobras políticas de **hibridização**, em que sua principal dimensão é sempre o crescente envolvimento direto e indireto do Estado em salvaguardar a continuidade do modo de reprodução do metabolismo social do capital.

¹⁷ É nítido o aumento na precarização das condições de trabalho. Há uma ascensão econômica (crescimento do PIB, formação de microcircuitos econômicos nos bolsões de miséria do país com o fortalecimento do mercado interno por meio de programas sociais), no entanto, o Estado brasileiro não fortaleceu com o mesmo ritmo, políticas sociais que buscassem uma melhor qualidade de vida da população.

A partir desses apontamentos, começemos a refletir: até aonde o modelo do *agrobidronegocio* é importante economicamente e/ou socialmente? O discurso é: “as exportações agropecuárias do Brasil são responsáveis por considerável parcela significativa da balança comercial, necessária para atingir o superávit, arcando com o “compromisso” da dívida pública, dando seguridade ao “mercado brasileiro”, dependente literalmente de capital externo para se manter com os baixos riscos no mercado e atrair investimentos.

Algo um tanto quanto contraditório, quando é sabido que uma reforma agrária, mesmo de mercado, sobressairia economicamente superior para o capital, levando em consideração ao modelo de concentração fundiária prevalecente (em produção, renda, subjugação do trabalhador, etc. – vários requisitos que servem de instrumentos para expansão do capital). Não obstante, no Brasil, há um pensamento conservador entre aqueles que estão infiltrados na elite agrária. Historicamente nunca houve uma alternância econômica de poder neste país, os detentores do capital interno hoje, foram e ainda são os detentores dos latifúndios de ontem. Portanto, no país onde há uma das maiores concentrações de renda e de terra do mundo, esta estrutura de poder ainda se apresenta bem consolidada no presente.

Para alguns, uma posição capitalista irracional, indo contrário até mesmo à lógica mercadológica. Todavia, isso vai de encontro apenas à lógica da produção e circulação de mercadorias, sobretudo agrícolas. Inicialmente iremos pensar na irracionalidade do capital, se tratando da acumulação de riquezas. A partir disso, podemos pensar que há uma extrema concentração de riquezas no Brasil, os detentores do capital interno são ínfimos (levando em consideração o tamanho da população). Qual é o sentido para o capital nacional realizar a reforma agrária? Outro ponto que podemos apontar, é que quem detém terra possui grande probabilidade de possuir grandes reservas de recursos naturais, contrariando ainda mais a reforma agrária como uma manobra capitalista no Brasil.

Partindo desses dois raciocínios, pensando em todo arcabouço político-econômico do *agrobidronegocio* no Brasil e no mundo hoje, junto ao conservadorismo da elite agrária corporativista brasileira e a estrutura de poder consolidada no Estado brasileiro, cabe à reflexão: é interessante para os detentores do capital nacional realizar uma reforma agrária, mesmo de mercado? Entende-se que para essa parcela da elite nacional, é mais significante o controle de quase toda “cadeia produtiva” (sobretudo com o avanço do trabalho morto¹⁸), manter as prováveis ou concertas reservas de recursos naturais presentes em seus territórios, do que vender a propriedade e subjugar mais trabalhadores por meio de outros

¹⁸ Progresso das tecnologias incorporadas ao processo produtivo.

instrumentos de acumulação que o capital proporciona. No nosso entender, esse é um dos irracionais pensamentos de parcela considerável da elite agrária brasileira. No entanto, em épocas de crise acumulativa, seria uma manobra de certa forma viável para o capital como um todo.

Diante dessas reflexões em relação à questão agrária, é interessante refletirmos sobre os conglomerados de atores envolvidos nesse cenário que se (re)atualiza a cada instante a relação campo-cidade, em que se torna impossível entender um ambiente isolado por si só, deixando o debate do PQA x PCA ainda mais atual. Inúmeros são os posicionamentos em relação à questão agrária, as hegemonias prevaletentes, no entanto, diante desse emaranhado de questões, de sujeitos e agentes sociais, interpretá-los por meio do pacto/interesse de classe se apresenta como um lúcido caminho. Cenário que o Estado brasileiro se configura de modo contraditório, tentando ao menos realizar seu papel de mediador, contudo, ainda governando em defesa dos mais abastados. Esse mais um exemplo do poder de autotransformação do capital, também representado pelo Estado burguês.

O trabalho no território do *agrohídronegocio*

Se tratando de um momento histórico da sociedade mundial, prevalece a cultura da *desigualdade substantiva* (MÉSZÁROS, 2001), em que o homem como tal, se imbrica intrinsecamente a um modelo societal oposto à ideia de sustentabilidade, sujeito a uma (des)organização social que precariza/degrada as relações de trabalho sem o controle da dimensão que pode-se resultar¹⁹.

Partindo de uma perspectiva ontológica, enxergamos a tríade natureza-sociedade-trabalho como fundamental para a busca de interpretarmos o metabolismo atual do trabalho, se tratando principalmente da exploração do trabalhador e da degradação ambiental em defesa da manutenção do modelo hegemônico de desenvolvimento do *agrohídronegocio*. Interpretando essa ideia sobre uma base geográfica, o território se apresenta como conceito/categoria fundamental para darmos visibilidade aos fenômenos da dinâmica do trabalho no espaço do *agrohídronegocio*.

¹⁹ Com o modo de produção capitalista, o processo de trabalho adquire novas determinações sociais que alteram sua natureza intrínseca, ou seja, torna-se processo de valorização, e sob o sistema de máquinas o processo de trabalho torna-se processo de produção do capital conduzido pelo trabalho morto, o que significa que o homem é deslocado, deixando de ser elemento ativo; torna-se elemento passivo, mero suporte do sistema de máquinas (THOMAZ JR., 2013).

Nas últimas quatro décadas o mundo assistiu a uma nova etapa de desenvolvimento capitalista, o que Giovanni Alves (2011) chamou de “anos perversos” e “sociometabolismo da barbárie”, caracterizado pela precarização estrutural do trabalho numa dimensão espectral. Isso, segundo Alves, seguindo uma lógica coletiva Toyotista do capital com a disseminação de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado e pela liberação dos instintos, com o roubo da subjetividade, individualidade e alteridade, que possuem o poder de impulsionar o homem em seus diversos seguimentos de mundo para o “usufruto” de um tempo-livre-mercadoria. Tudo isso (re)configura o sentido da negação-da-negação na maior estrutura de controle social que surgiu no decorrer da história humana (MÉSZÁROS, 2001).

Possuidor substancial de intentar o estímulo ao consumo vinculado a diversas manobras de alienação, favoráveis à lógica sociometabólica degradante do capital ao ser que trabalha, o tempo-livre-mercadoria busca a cada passo a extinção da consciência de classe (desefetivação do homem como ser genérico). Um processo autodestrutivo, que segundo Mézáros (2001) significa nada mais que a liberdade alienante, absoluta, da acumulação expansionista do capital, independente das conseqüências. Um panorama devastador, que intemperiza a sociedade, o trabalho e sua relação com a natureza, ligado à lógica progressista, adjetivada de desenvolvimento sustentável (THOMAZ JR., 2012).

Seguindo o sentido da centralidade do trabalho, visto o trabalho como categoria ontológica do sujeito social, é que partiremos para o entendimento da morfologia do trabalho nos territórios do *agrohídronegócio*, vinculada à transformação incessante do trabalho vivo em trabalho morto e a desconsideração massiva do homem como ser genérico pautado na lógica da plasticidade e mobilidade do trabalho a partir de migrações e sujeição de trabalhos diversos.

Nas palavras de Thomaz Jr. (2013).

[...] no esforço contínuo de teorização a partir das experiências da práxis das pesquisas, referendadas por dentro da dinâmica da sociedade, as faces e interfaces do mundo do trabalho sinalizarão a importância de cada uma delas para a concreção de uma geografia do trabalho, que seja fundada na compreensão histórica do trabalho, (tanto no âmbito da materialidade quanto da subjetividade), a partir das formas e faces do espaço que o regula, ou seja, no seu metabolismo societário.

Como já explicitado, em nossa ótica o território é um conceito fundante para se analisar problemáticas pautadas na luta de classe, relacionada com a sociedade e a natureza transformada por meio do trabalho. Referendando uma diversidade de relações sociais que

variam do local ao global, imbricadas na luta de elementos essenciais na busca pela vida. Intrínsecos a um campo de poder determinado por agentes hegemônicos, como os grandes conglomerados transnacionais e o Estado em seus diversos níveis, em que o controle/domínio do homem-que-trabalha se apresenta como algo substancial para a manutenção/ampliação/desenvolvimento estrutural do metabolismo societal do capital no âmbito do *agrobidronegocio*.

Como plano de fundo, diversas vezes oculta a nossos olhos, se apresentam as ações de resistência em seus diversos níveis e lugares do globo. Dessa forma, sendo preciso ampliarmos a discussão em torno da centralidade e plasticidade do trabalho, com intuito de visualizarmos os processos tácitos da nova morfologia do trabalho, que a cada momento se complexifica envolvendo uma gama de trabalhadores formais e informais, que busca a cada instante a sobrevivência nesse mundo controlado por poucos. O que observamos é a precarização das condições de trabalho embutida em uma escala planetária sem distinção entre centro e periferia, que (re)cria suas particularidades de lugar para lugar. Acompanhada de uma postura avessa ao fim do trabalho, em que a massa trabalhadora aumenta de tamanho seguindo a projeção da população mundial, todavia, com condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

A urdidura do trabalho em épocas de protagonismo do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1988) se apresenta cotidianamente mais complexa, com um viés não só toyotista, mas um emaranhado de questões não respondidas e/ou desvendadas pelo olhar da ciência. É dessa posição que possivelmente poderemos buscar deslindar essa teia de questionamentos sobre o trabalho no âmbito do *agrobidronegocio*, incluindo a grandiosidade da massa trabalhadora sem exceção²⁰, intelectuais, informais, operários, camponeses, formais, terceirizados, etc. Por meio desse “saque”, ligado a valores fetiches, em que o capital, além de solidificar a cada passo sua expansão/consolidação, dificulta a mobilização e a articulação da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que o capital dilacera seus fetiches buscando a alienação dos trabalhadores, eles próprios, excluídos, marginalizados, buscam sua auto-organização, na tentativa de ao menos mitigar esses processos e diminuir as filas de desempregados. Os movimentos sociais, as frentes sindicais, são exemplos específicos desses agentes contra-hegemônicos, que possuem muitas vezes a utopia do pleno emprego e/ou do trabalho

²⁰ A costumeira classificação do trabalhador pautada na divisão técnica do trabalho, perde força no que condiz a realidade posta, pois, diante de toda reestruturação produtiva relacionada intrinsecamente com a deterioração do trabalhador, o mesmo é obrigado em diversificados momentos da vida, a apresentar uma ampla *plasticidade no trabalho* para conseguir ter acesso a algumas necessidades básicas e necessárias da vida (THOMAZ, 2004).

livre, pautada em afazeres dignos - como bandeiras de luta em suas reivindicações, seja elas no campo, na cidade ou na floresta.

Essa interação dialética reafirma o poder da negação do ser que trabalha e ao mesmo tempo nos estimula a repensá-la diante dessa teia complexa criada pelo capital na era neoliberal. Fortalecendo as palavras de Lukács (1968), quando aponta que o homem torna-se um ser que dá respostas precisamente na medida em que ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, e quando em sua resposta ao carecimento, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações frequentemente bastante articuladas.

O reavivamento da teoria marxiana se apresenta necessário para interpretarmos o metabolismo do trabalho na esfera do *agrobidronegocio*, que a cada momento se intensifica, fazendo vencer velhas ortodoxias estruturantes que negam a própria e necessária fluidez do pensamento, contrariando até mesmo a lógica dialética. Permanecendo com as atenções engessadas na fragmentação estrutural cidade-campo, guiadas pelas evidências da divisão técnica do trabalho, estando insistindo num equívoco analítico e político que dificulta/impede o entendimento da dinâmica territorial do trabalho, nesse início do século XXI (THOMAZ JR., 2012).

A Água

Iniciaremos essa parte do texto em defesa da história, sendo “peça chave” para o entendimento de qualquer conteúdo. Como a ótica da escrita também está direcionada à água e sua relação com as ações do *agrobidronegocio*, os primeiros passos da discussão dizem respeito a uma das bases de sustentação econômica da história brasileira, interligada na exploração de recursos naturais e sua inserção no circuito de produção e circulação de mercadorias, voltado para o mercado externo. Para essa interpretação, é preciso considerar a água como Recurso Hídrico, um bem econômico, passível de utilização com tal fim.

Partimos do pressuposto de que um dos pilares para entender a função que a água desempenha ao capital é a compreensão dos conflitos de interesse (luta de classes), relacionados à lógica mercadológica transferida para tal bem e a submissão dos seus valores de uso aos valores de troca. Consideramos que os conflitos de interesse, estão vinculados diretamente às relações de poder, assim, a água é considerada um recurso intrínseco à disputa territorial de classe na esfera do *agrobidronegocio*. Pois, os seus valores nesse reduto, são protagonistas para realização da circulação do capital.

Seguindo os sentidos do território imaterial, como base na formação dos territórios materiais levando em consideração a água como um dos recursos pensados para tal materialização, cremos que o circuito do capital e os recursos hídricos, são intrínsecos às relações de poder. Dessa forma, além da influência direta no circuito produtivo, a gestão dos recursos hídricos no Brasil também construiu vínculos diretos com as regras do capital. A partir desse raciocínio, podemos elencar alguns processos que fizeram e fazem parte desses últimos “quarenta anos neoliberais” no Brasil, mais intensificados na década de 1990 - estabilização monetária, elevação das taxas de juros, reforma do mercado de trabalho, deslocamento dos investimentos públicos e agressiva atração de capital financeiro internacional. Para entender as repercussões dessas políticas compensatórias em relação ao uso/gestão dos Recursos Hídricos, é preciso entender a origem e os beneficiários dessas mudanças institucionais (IORIS, 2007).

Não iremos nos estender nesse debate já consolidado, mas para uma melhor compreensão, apontaremos alguns ajustes realizados na gestão da água emergida nas conferências e fóruns mundiais (é interessante lembrar que os seus organizadores são grandes corporações transnacionais privadas da água) a partir da década de 1990: 1) A água reconhecida como um bem econômico; 2) Princípios do poluidor-pagador e do usuário-pagador; 3) Inserção do capital privado na gestão da água; 4) Tornar a água como um investimento atrativo para o capital privado. Demonstrando o grande poder de voto do capital no mundo, essas políticas se disseminam pelo planeta em diversos usos da água, inclusive nos territórios do *agrobidronegocio* (posição destaque no Brasil).

A privatização da água no Brasil iniciou-se, sobretudo, com a transferência dos serviços de energia e de abastecimento de água²¹ (em menor número) para o capital privado (maior ênfase no governo Fernando Henrique Cardoso). Contudo, na “era PT”, a lei que regulamenta a formação de parcerias-público-privadas - PPP, se apresentou como principal mecanismo de privatização da água, agora com a construção de canais fluviais artificiais (voltado principalmente para irrigação), grandes represas e as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCH’s. Vinculados diretamente para a expansão do capital, seja no campo, na floresta ou nas cidades.

É lúcido reconhecer que as leis responsáveis pela gestão dos recursos hídricos no Brasil tiveram consideráveis avanços, contudo, a nova estrutura artificial de recursos hídricos, se apresenta favorável aos ditames do capital, em nosso caso mais específico, ao

²¹ Além de ocorrer em menor número, está havendo um movimento de retorno da gestão para o poder público. Acreditamos que isso está ocorrendo principalmente, pela resistência da população, em não aceitar possuir um bem natural, de necessidade ampla e imediata para dar continuidade à vida, gerenciado pelo poder irracional do capital.

agrobidronegocio. Sobretudo, os canais fluviais artificiais para a irrigação em larga escala voltada para exportação e as PCH's, responsáveis pela produção de energia elétrica, direcionada à estrutura mantenedora do capital agrícola (pivôs centrais, agroindústrias, cidades do *agrobidronegocio*, etc.).

Um exemplo do avanço em relação à gestão é a formação dos comitês de bacia hidrográfica, que em tese serviria como uma instituição descentralizadora, democrática e participativa, em que os mais variados usuários pudessem participar, ter poder de veto e voto. No entanto, na prática (principalmente em bacias hidrográficas que possuem usuários bastante capitalizados), se apresentam como organizações que favorecem aqueles de maior força política, solidificando instituições hierarquizadas. Essa postura advém do próprio governo, um exemplo clássico é o Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – CBHSF, que teve uma postura contrária ao projeto de transposição das águas do Rio São Francisco (iniciado em 2007, agora com previsão de término em dezembro de 2015), contudo, suas sugestões de quase nada mudaram o projeto.

A Transposição do Rio São Francisco

A princípio, é importante explicar, que a discussão desse item se direcionará principalmente, para questões de âmbito político-social envolvendo o Projeto de Transposição do Rio São Francisco (visto como laboratório para análise no âmbito do *agrobidronegocio*) e o Semiárido Nordestino Brasileiro. No que equivale à temática do *agrobidronegocio* e sua relação com a ciência geográfica, voltada para o debate da dinâmica territorial.

Primeiramente, cremos que é importante nos expressarmos em relação à transposição das águas do “Velho Chico” (apelido do Rio São Francisco) – contrário ou a favor. Defendemos a ideia de que esse debate está findado, sobretudo com o início das obras, em que mais da metade já se encontra conclusa. Acreditamos que a discussão momentânea é: “Quem vai ficar com a água²²?” Isso pela grande polêmica que historicamente os canais fluviais artificiais têm em relação aos conflitos pelo uso da água (aqui entendidos em conjuntos com os litígios envolvendo a terra) e a herança macabra das

²² Vianna (2007) afirma que: “vai usar a água quem estiver mais organizado e melhor localizado em relação ao traçado dos canais, e quem tiver mais poder”.

oligarquias rurais, que dominam grande parcela dos poderes de Estado no Nordeste Semiárido do Brasil, inclusive as escassas reservas de água e terras agricultáveis²³.

Os senhores da terra e da água (PETRELLA, 2002), em defesa de interesses particulares, obtiveram e obtêm financiamento do Estado em benefício privado, construindo uma maior desigualdade, sobretudo no rural, em relação a dois recursos substanciais para a manutenção da vida no campo, a terra e a água. A partir disso, surgem as primeiras reflexões sociopolíticas do projeto, por serem as oligarquias estaduais, regionais e locais do semiárido setentrional (receptor das águas da transposição) a primeira classe social a se manifestar a favor da transposição. Um projeto pouco debatido com a sociedade civil organizada, “empurrado goela baixo” pelo Estado brasileiro.

As oligarquias agrárias do Nordeste, sempre buscaram monopolizar as águas e terras da região como arma para manter seus luxos e vaidades do poder, vinculadas diretamente com o Estado, financiador e executor de inúmeras obras hídricas em propriedades particulares. Sabendo que a “era PT” não buscou uma inversão de poder no Estado brasileiro (pelo contrário, criou alianças com grande parte da elite), no semiárido se vinculou a antigos oligarcas e políticos da região, conseguiu aprovar um projeto discutido desde o Segundo Império (era histórica do Brasil de meados a final do século XIX), é evidente que muitos foram os acordos realizados diante da estrutura de poder presente no Estado brasileiro.

As evidências nos transparecem que as águas da transposição do rio São Francisco, a princípio, não estão se direcionando para os 12 milhões de nordestinos do semiárido anunciados pelo Estado, que sofrem com a falta de água, e sim para o *agrobidronegocio*. Além das reflexões realizadas acima, podemos apontar ações (sobretudo estatais) que já se materializaram ou estão se materializando:

- 1) Oligarcas do semiárido nordestino, membros da bancada ruralista do congresso nacional, possuem vastas extensões de terras próximas aos canais da transposição (mapeamento apresentado por Costa [2012]);
- 2) As águas da transposição passarão próximas a perímetros de irrigação, que por sua “natural” estrutura, reproduzem a desigualdade social prevalecente no Brasil (RIGOTTO, 2013);
- 3) O Estado brasileiro está financiando a construção de outros grandes canais fluviais artificiais de irrigação para receber as águas do “Velho Chico”, como o Cinturão das Águas

²³ Brito (2013), aponta que, atualmente, a luta por água nessa região está arraigada, além das limitações físico-climáticas, também à apropriação da oligarquia política que domina a posse de terra e conseqüentemente da água, excluindo do acesso a esses recursos as populações historicamente excluídas.

– CE (valor de 6,8 bilhões de R\$); Canal Acauã-Araçagi - PB (valor de 933 milhões de R\$); a construção do perímetro de irrigação na barragem de Santa Cruz – RN (valor de 145 milhões de R\$); entre outros que estão em especulação e já construídos (como o Canal do Trabalhador no Ceará). Contudo, não há a execução de construção de adutoras com intuito de interligar o sistema de abastecimento público urbano do semiárido;

4) As políticas de combate à sede no semiárido se resumem em medidas emergenciais (como carros pipas) ou com as “pequenas tecnologias sociais hídricas”, com destaque para a cisterna de placas (a oferta ainda está longe de atender à demanda), não atingindo a construção de grandes adutoras que pudessem interligar os sistemas de abastecimento de água, mitigando a problemática da escassez hídrica;

5) A água presente no semiárido setentrional é cabível de atender à demanda do abastecimento público urbano (ANA, 2012; IPEA, 2011). Mesmo se houver a construção de um sistema integrado, para onde vai o excedente das águas da transposição?

São diversos os indícios de que, em primeiro momento, as águas da transposição se direcionarão para o usufruto do *agrobidronegocio*. Contudo, os conflitos pelo uso já se apresentam expostos antes mesmo das águas do “Velho Chico” serem succionadas para o semiárido setentrional. Membros da sociedade civil, já estão se organizando e debatendo a temática ligada à monopolização conjunta da terra e da água. Com destaque para diversas ações de movimentos sociais pelo Brasil e o - “Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campo, das Águas e das Florestas”, realizado em agosto de 2012 em Brasília, com a reunião de 34 movimentos sociais e entidades, para discutir e debater problemáticas envolvendo a terra, a água e expondo que o trabalho se apresenta como central na luta de classes no mundo do capital.

Finalizamos essa etapa, expondo que não somos contrários a obras milenares como a transposição de águas, sobretudo para regiões com balanço hídrico negativo, poucas reservas hídricas (como água subterrânea, que na maioria, não é potável), forte evapotranspiração que favorece a salinização das reservas (junto à geologia prevalente), enfim, regiões carentes de recursos hídricos. Contudo, a mudança na gestão, buscando um viés descentralizado, mais democrático e menos burocrático, é um caminho possível, para um bem substancial para a vida, que segue como protagonista na questão agrária e no mundo do trabalho no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essas são algumas ideias se tratando da temática do *agrobidronegocio*, que se apresenta como um novo contexto na dinâmica territorial do capital no século XXI. Apresentando a monopolização da tríade “*terra – água – trabalho*” como basilar para a expansão/consolidação dessa estrutura agrária presente no campo brasileiro, sobretudo pós década de 1990, com a inserção de políticas neoliberais mais avassaladoras no nosso país. Um debate rico e amplo, que necessita ser aprofundado e disseminado entre aqueles que acreditam e buscam uma sociedade mais justa e igualitária, contrária à irracionalidade e voracidade do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANA - Agência Nacional de Águas –. *A questão da água no Nordeste*. Centro de Estudos Estratégicos. Brasília, 2012.

ALVES, Giovanni. *Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem que trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI*. In. Trabalho e Saúde: A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI. André Luís Vizzaccaro-Amaral, Daniel Pestana Mota, Giovanni Alves, (organizadores) . — São Paulo : LTr, 2011.

_____. *Produção do Capital, Afirmação e Negação da Pessoa Humana*. In. Dimensões da Precarização do Trabalho. Bauru-SP. Canal6 Editora, 2013.

ALVES, José. *As Bancadas no Congresso Nacional*. Jornal - “O Impacto”. Santarém-PA, 2011.

ANTUNES, Ricardo. *O Sistema de Metabolismo Social do Capital e Seu Sistema de Mediações*. In. Os Sentidos do Trabalho. São Paulo-SP, Boitempo. 1999.

BRITO, Franklyn Barbosa de. *Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS/Posgea, 2013. (370 pg.).

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. *A Questão Agrária no Brasil e a Bancada Ruralista no Congresso Nacional*. Dissertação de Mestrado Apresentada a Universidade de São Paulo-USP, junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo-SP, 2012.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. Tradução: Adail Sobral & Maria Stela Gonçalves. Editora Loyola, São Paulo-SP. 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais*. REVISTA NERA – ANO 8, N. 6 – JANEIRO/JUNHO DE 2005.

_____. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

_____. *Sobre a tipologia de territórios*. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos / Marcos Aurelio Saquet, Eliseu Savério Sposito (organizadores) 1.ed. São Paulo : Expressão Popular : UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

_____. *Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico* / Bernardo Mançano Fernandes. - Presidente Prudente-SP. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – FCT/UNESP. 2013

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IORIS, A. A. R. *Da foz às nascentes: análise histórica e apropriação econômica dos recursos hídricos no Brasil*. In. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. Ed. Lamparina, Rio de Janeiro – RJ. P. 211-256. 2007.

IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada Econômica. *Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidade de projeto*. Org. Cezar Nunes de Castro. 2011.

LUKÁCS, G. *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, 1968.

KONDER, Leandro. *A questão da Ideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUHN, Thomas Samuel. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

MARTINS, José de Souza. *A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária*. In. Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Ed. Vozes, 5ª edição. Petrópolis – RJ. 1981.

MÉSZÁROS, István. *O desafio do desenvolvimento sustentável e a cultura da igualdade substantiva*. In. O desafio e o fardo do tempo histórico. Boitempo, 2001.

_____. *Capital: a contradição viva*. In. Socialismo ou Barbárie. São Paulo, Boitempo. 2003.

MOREIRA, Emília Rodat. *et al. A questão agrária brasileira no século XXI: dinâmicas e conflitos territoriais*. João Pessoa: Departamento de Geociências - DGEOC/Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Projeto de Pesquisa Casadinho, 2011.

MOREIRA, Rui. *Marxismo e Geografia (A Geograficidade e o Diálogo das ontologias)*. GEOgraphia, Vol. 6, N° 11. 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. *Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI*. In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social. OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Organizadores). São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

OLIVEIRA, Francisco. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PERPETUA, Guilherme Marini. *Da Construção do Objeto à Operacionalização de Uma Pesquisa em Geografia: Uma Proposta para a Objetivação da Pilhagem Territorial e da Degradação do Trabalho*. Texto apresentado como requisito parcial para a obtenção dos créditos da disciplina “Metodologias de pesquisa qualitativa em Geografia”, ministrada pelo Prof. Dr. Nécio Turra Neto, na FCT/UNESP. 2013.

PETRELLA, Ricardo. *O manifesto da água: argumentos para um contrato mundial*. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002. 153p.

RIGOTTO, Raquel. *Dinâmicas, processos e confrontos no desenvolvimento do capital no espaço agrário*. Slides Apresentado no VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Universidade Federal da Paraíba – UFPB, campus João Pessoa - PB. 2013.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia*. Hucitec. São Paulo, 1988.

THOMAZ JR., Antônio. *Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil*. Geografia e Trabalho no Século XXI – Vol. 2, 2004.

_____. *Por uma cruzada contra fome e o agrohidronegócio – nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado*. Revista Pegada – vol. 9, n. 1. P. 08-34, junho de 2008.

_____. *Slides da Disciplina Geografia do Trabalho*. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, campus Presidente Prudente – SP. 2013.

THOMAZ JR., A.; LEAL, Antônio César.; GUIMARÃES, Raul Borges.; LUCHIARI, Ailton. *Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP)*. Scripta Nova - REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES - Vol. XVI, núm. 418 (30), noviembre de 2012. Universidad de Barcelona. Depósito Legal: B. 21.741-98 [Nueva serie de Geo Crítica. ISSN: 1138-9788. Cuadernos Críticos de Geografía Humana] <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-418/sn-418.htm>. 2012.

TURRA NETO, Nécio. *Pesquisa qualitativa em Geografia*. Encontro Nacional de geógrafos – ENG, 2012.

VIANNA, Pedro Costa Guedes. *Você é a favor ou contra a transposição do São Francisco?* Entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU 2007. Disponível em: http://bahiadefato.blogspot.com.br/2007_04_15_archive.html.

ⁱ Agradeço ao amigo **Franklin Barbosa de Brito**, inspirador protagonista para a escrita desse artigo. Pelo exemplo de pessoa humana e, sobretudo, por meio da construção da sua tese de doutorado - *Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)*. Desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS em 2013.